

SUMÁRIO

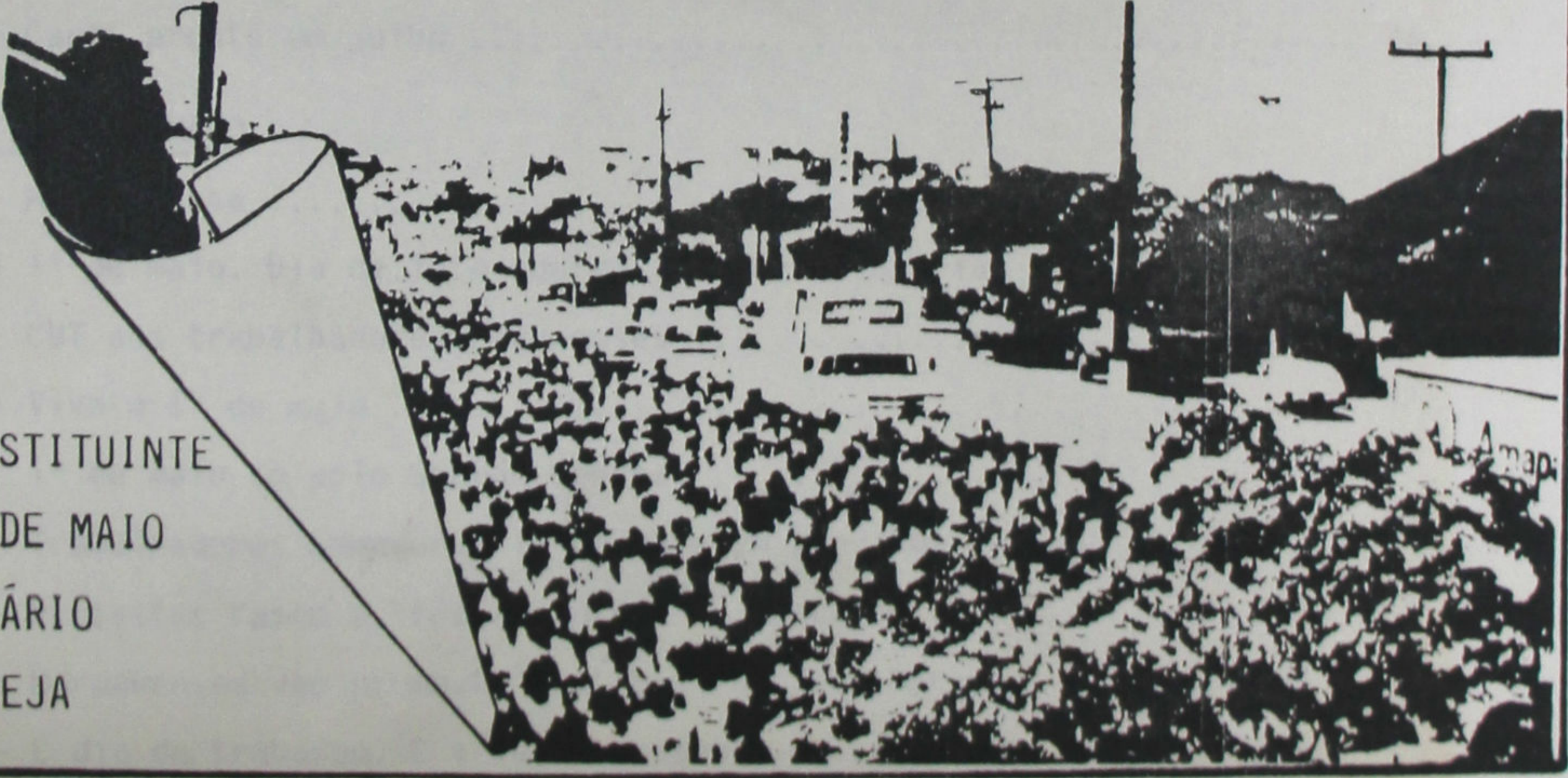
Centro de Pastoral Vergueiro  
07 JUN 1988  
SETOR DE DOCUMENTAÇÃO

# Atualidade

## E MOVIMENTO POPULAR

SEDIPO  
CNBB-NE II

ABRIL/MAIO '88 nº 17



- 5. CONSTITUINTE
- 28. 1º DE MAIO
- 38. SALÁRIO
- 40. IGREJA

latifúndio e a interferência de interesses estrangeiros na Constituinte. Defendemos as propostas da emenda popular e deixamos claro o nosso esforço em contribuir para uma Constituição democrática. Deixamos claro, também, que não nos sentiríamos obrigados a cumprir uma Constituição feita pelas costas dos trabalhadores rurais.

6 - Nós, da Comissão Pastoral da Terra, lembramos quantas vezes a doutrina da Igreja frisou o direito dos trabalhadores rurais à terra. O Concílio Vaticano II, os Papas, a CNBB sempre se pronunciaram claramente sobre o assunto. João Paulo II falou em audiência ao Presidente Sarney: "A Reforma Agrária não pode fracassar no Brasil. A Reforma Agrária é uma questão de paz e justiça social e garantia da democracia". Faz poucos dias, na Bolívia, João Paulo II lembrava a extrema pobreza que muitos países ainda suportam, uma afronta para toda a humanidade..."

A CPT reafirma seu compromisso com os trabalhadores rurais do Brasil na sua luta contra a fome, e pelo direito à cidadania, que passará, queiram os latifundiários ou não, pela Reforma Agrária que assegure o acesso à terra aos trabalhadores rurais sem terra. Com essa Constituição ou sem ela, porque acima do direito à propriedade há um direito maior: o direito à vida.

Goiânia, 11 de maio de 1988

Secretariado Nacional da Comissão Pastoral da Terra

Atenção: Juntamente com essa nota, mandamos a vocês o texto do telegrama mandado ao Papa João Paulo II, no dia 11 de maio:

Papa João Paulo II

Santo Padre: surdos aos apelos do Senhor e da nossa Conferência Episcopal, ontem, 10 de maio, parlamentares fizeram fracassar a esperança de Reforma Agrária pela lei, no Brasil.

Tristes, mas não desanimados, comunicamos a Sua Santidade que 253 Constituintes, contrariando o pedido feito pelos trabalhadores que recolheram hum milhão e duzentas mil assinaturas, consagram em lei um novo tipo de apartheid contra os trabalhadores rurais. A sociedade brasileira está apreensiva com a previsão do crescimento da violência do latifúndio.

Pedimos sua oração, seu apoio e sua palavra.

Comissão Pastoral da Terra

Telex CNBB  
nº 18/88 - 11/05/88

# "LATIFÚNDIO LIQUIDA TRANSIÇÃO NA CONSTITUINTE"

- 1 - Faltando três dias para comemorar o Centenário da Abolição da Escravatura, os latifundiários brasileiros decidiram pelo cativo da terra na nova Constituição do Brasil. Utilizando-se do estelionato e da falsificação de assinaturas de Deputados, a UDR e o Centrão - mesmo indo contra o Regimento Interno - conseguiram a votação em separado de um destaque ao texto apresentado pelo relator Bernardo Cabral. Essa manobra teve a participação e o apoio do Presidente da Constituinte, Ulisses Guimarães, que selou assim seu compromisso com os inimigos da Reforma Agrária.
- 2 - Dessa forma, foi tirada da Constituição a possibilidade de realização da Reforma Agrária. Foi a vitória dos latifundiários, por meio do artifício das leis da Assembléia Constituinte. Mesmo estando em minoria, os constituintes amigos da UDR impediram a aprovação integral do texto do relator. O texto do Deputado Bernardo Cabral teve 269 votos a favor e a proposta do Centrão conseguiu apenas 253 votos. Mais 11 que não quiseram votar somam 531 votantes. A Reforma Agrária no texto da Constituição brasileira foi, portanto, derrotada pela minoria. Assim funciona a matemática na política dos poderosos do nosso país.
- 3 - Uma questão de tamanha gravidade como a Reforma Agrária foi votada na Constituição debaixo da denúncia de fraude e ficou marcada com o selo da ilegitimidade. Um "contrato social" básico como uma Constituição não pode prosperar ficando contra a maioria da sociedade. O texto aprovado na noite de 10 de maio coloca o latifúndio acima da Constituição. A sociedade brasileira está consciente do significado deste fato. A minoria da Constituinte estabeleceu o direito da propriedade rural acima do direito à vida. Essa minoria de 253 Deputados será responsabilizada perante a nação e a história pelas consequências desse abuso.
- 4 - O texto aprovado na noite do dia 10 de maio ficou bem longe do desejo do povo que conseguiu uns poucos avanços nos capítulos anteriores da Constituição. Ficou uma Reforma Agrária ainda pior em relação às leis que já vigoravam no regime militar. Agora a lei estabelece a democracia para os grandes proprietários ao mesmo tempo em que nega aos 23 milhões de trabalhadores rurais brasileiros o direito à cidadania. Cria uma categoria de sub-cidadãos, de cidadãos de segunda classe, copiando o modelo do regime racista da África do Sul.
- 5 - Consideramos que nenhum setor popular lutou com tanto empenho no processo Constituinte quanto os trabalhadores rurais. A partir do momento em que foi assegurada a possibilidade de apresentar as emendas populares, as entidades sindicais e de apoio se mobilizaram para a campanha e colheram mais de um milhão e 200 mil assinaturas em apoio à Reforma Agrária. A maior parte dessas assinaturas (65 por cento) vieram das áreas urbanas. Os trabalhadores rurais e entidades de apoio estiveram presentes na instalação do Congresso Constituinte nos debates das Sub-comissões, das Comissões Temáticas e na Comissão de Sistematização, como expositores e debatedores. Realizamos, pelo esforço conjunto das entidades sindicais e de apoio, a mais significativa e melhor organizada manifestação popular de todo o processo Constituinte. Visitamos os gabinetes dos parlamentares, realizamos atos públicos durante os dias 5, 6 e 7 de outubro do ano passado, em que denunciávamos a violência do